



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

### ATA DA REUNIÃO - CONSELHO GESTOR DO PLANO DIRETOR

**Data: 28 de setembro 2017 – Horário: 18h30**

**Local: Auditório do Térreo – Paço Municipal**

#### Representantes presentes:

Nome	Entidade	Membro
José Lincoln Trigo Delgado de Almeida	GCE – Gr. Consciência Ecológica	Titular
Maria de Fátima Gilberti	ATUS-SFXAVIER	Titular
Paulo Romano Renschilian	UNIVAP	Titular
Antonio Miguel Vieira Monteiro	INPE	Titular
Marta Rizzi Daniel	OAB	Titular
Walter Brant Zaroni de Paiva	AEA	Titular
Ana Alice de Finis Pagnamo	Creci	Titular
Arlindo Aparecido Regis de Oliveira Junior	DEFENDEM SÃO JOSÉ	Titular
Gabriel Alves da Silva Junior	Núcleo Reg. PD Participativo	Titular
Fabiana Vieira Dias Alves	ACONVAP	Titular
Angela Aparecida L. de Paiva Fernandes	AELO	Titular
Marcelo Pereira Manara	Poder Público (SEURBS)	Titular
Maria Angélica Braga Avelar Silva	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Oswaldo Vieira de Paula Junior	Poder Público (SEURBS)	Titular
Rodrigo Ubiratã Gunther Lux	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Ronaldo Gonçalves Madureira	Poder Público (SEURBS)	Titular
Andrea Sundfeld Penido	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Débora Redondo	Poder Público – Mob. Urbana -	Suplente
Luiggi Betoncini	Poder Público– Governança -	Suplente
Adalberto Silvestre	Poder Público Gestão hab. e Obras	Suplente
Dolores Moreno Pino	Poder Público Gestão hab. e Obras	Titular
Estevão Luiz Galvão	- sem indicação -	- sem indicação -



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

1 **Abertura:** Aos vinte e oito de setembro de dois mil e dezessete, o presidente do Conselho, Marcelo Pereira  
2 Manara deu início a reunião às 18h45, **Marcelo Manara:** Boa noite a todos, já temos quórum. Temos  
3 vários assuntos em relação, alguns diretamente relacionados às oficinas comunitárias e outros  
4 assuntos. O primeiro, para ficar registrado em ata, o senhor Carlos Cunha estava presente na reunião  
5 do dia cinco representando o CRECI. A questão do evento da mobilização para o plano diretor  
6 realizado no dia 13 de setembro de 2017, contou com a maioria dos conselheiros do Conselho Gestor  
7 na Câmara Municipal, foi um evento grande, de grande repercussão. Nós já iniciamos a distribuição  
8 de folders e cartilhas, iguais os que estão cima da mesa, em todos os equipamentos públicos como  
9 escolas, UBS, creches, casa do idoso. Também possuem essa formatação para caber dentro das  
10 agendas das crianças, para poder ter divulgação de uma forma ampla. E compilar as datas das  
11 reuniões das datas das oficinas comunitárias. Também foram providenciadas a fixação de cartazes  
12 contendo a agenda das oficinas nos ônibus da rede municipal. Em paralelo, nós temos procurado  
13 fazer várias reuniões com alguns setores que têm uma interface com a comunidade, que tem uma  
14 linguagem comunitária. Nós chamamos todos os representantes de departamentos da prefeitura, das  
15 universidades aqui de São José dos Campos. E também conversamos com a UNESP, com a  
16 UNIFESP, com UNIP, UNIVAP, Anhanguera, FATEC, no sentido de provocar a discussão nas  
17 universidades, faculdades junto ao corpo docente. Isso para que o corpo docente tenha como tema, as  
18 discussões realizadas nas oficinas comunitárias com a provocação dos alunos. Até porque os alunos  
19 são alunos cidadãos que participam das oficinas nas suas respectivas regiões de moradia. E para  
20 aqueles também que não residem em São José dos Campos, mas não deixa de passar essa enorme e  
21 complexa oportunidade de um aprendizado para sua formação profissional, participando da  
22 elaboração de um Plano Diretor. Essas oficinas, essas reuniões foram muito produtivas, muito legais.  
23 Além disso, hoje nós conversamos com o bispo Dom César. Também já deixamos cartazes, cartilhas  
24 que serão distribuídas nas igrejas. Eu também estive na Igreja da cidade, fazendo esse mesmo  
25 chamamento, numa apresentação que chama negócio fechado. Também com algumas lideranças  
26 religiosas nós temos conversado no sentido de fazer uma ampla provocação a esse chamamento  
27 público para participação do Plano Diretor. Nesse final de semana inicia a divulgação de mídia, de  
28 TV, rádio e jornal. Então nós teremos 94 inserções na TV aberta e 958 spots rotativos nas rádios.  
29 Além de participação direta de representantes da Secretaria. Fizemos dia 13 o lançamento do site:  
30 <http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/home> e disponibilizamos todo material técnico do Plano Diretor. No  
31 site, tem um questionário. É importante que os conselheiros divulguem e chamem as pessoas para  
32 entrar no site e preencher o questionário. O Carlos relatou que teve duas reuniões no CRECI. Essa é  
33 uma forma, o cumprimento na função de conselheiro. É muito importante que todos os conselheiros  
34 lembrem disso, provocar essa discussão em suas instituições e em seus círculos sociais. Isso para que  
35 as pessoas entrem no site e contribuam preenchendo os questionários. O preenchimento é dez, quinze  
36 minutos, no máximo. A formação dos facilitadores da prefeitura realizada pelo IPLAN, aconteceu na  
37 terça-feira com todos os facilitadores conforme sugeriu a câmara técnica. Nós teremos em cada  
38 oficina 15 mesas. Cada mesa terá um facilitador para orientar, ajudar as pessoas que estiverem  
39 participando das oficinas a construir a sua argumentação, a desenvolver todo raciocínio em cima de  
40 uma planta, uma imagem. Era necessário ter também a uniformização do entendimento pelos  
41 facilitadores. E para isso o IPLAN fez uma capacitação, eu participei, foi bem produtiva. O Arlindo  
42 Régis do Defendem São José construiu uma agenda bastante importante. Nós recebemos há pouco a  
43 Secretária de Planejamento Urbano de Jacareí, a Rosa, e o Secretário de Planejamento Urbano e  
44 Meio Ambiente de Caçapava, o Alexandre, Tivemos uma conversa muito rica e importante sobre



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

45 questões de interesse da região metropolitana do Vale do Paraíba e ficou ajustado que nós faremos  
46 esse exercício com outros representantes também e gestores públicos de outros municípios de uma  
47 forma recorrente e periódica. Nós recebemos dois ofícios da organização Defendem São José. Um  
48 ofício do dia 18 de setembro, com cópia ao Ministério Público, ele coloca alguns questionamentos  
49 com relação ao formato da leitura comunitária a ser realizada pela prefeitura em plenas próximas  
50 oficinas. Manifestam insatisfação pela ausência de perguntas e provoca algumas questões com  
51 relação à estrutura e à metodologia colocada para as oficinas comunitárias. Como fomos nós que  
52 construímos essas oficinas com a efetiva participação da entidade Defendem São José na câmara  
53 técnica em quatro reuniões com essa pauta, tal medida oficiada, criou estranheza. Houve consenso  
54 neste conselho na aprovação pelo método apresentado pela câmara técnica. Ficou meio contraditório  
55 essa coisa. Vou pedir ao conselheiro, representante do movimento Defendem São José, que esclareça  
56 junto a sua entidade e, se prosperar ainda alguma crítica, por favor encaminhem para a prefeitura e a  
57 gente responde os eventuais questionamentos. Eu só estou registrando isso por causa realmente que  
58 causou estranheza. O segundo ofício, solicitam sete itens do Plano Diretor e em pleno exercício  
59 legítimo como movimento social. Algumas dessas solicitações já foram trazidas aqui por outros  
60 conselheiros. Nós vamos responder esse ofício e se o movimento julgar insuficiente, e quiser abrir na  
61 próxima reunião para que esse assunto entre na pauta, a gente abre discussão. Vou apenas citar os  
62 questionamentos para conhecimento do Conselho. Solicitam a complementação da leitura técnica  
63 com apresentação e disponibilização a todas entidades representantes do conselho gestor do banco de  
64 dados que deram origem ao mapeamento. O conselheiro Miguel já tinha feito essa sugestão. Já  
65 estamos formatando esses dados. Mas, hoje discutindo, nós entendemos que o melhor caminho é a  
66 constituição de uma câmara técnica para junto com a equipe técnica do Plano Diretor, elencar,  
67 extrair, registrar e montar uma planilha do banco de dados para acesso a todos que queiram  
68 aprofundar aí os estudos. Essa é a primeira questão apontada no segundo ofício do Defendem São  
69 José. A segunda questão é a apresentação e disponibilização a todas as entidades do arquivo de  
70 mapeamento fundiário da zona urbana das áreas em vazios urbanos com mais de 20 mil metros  
71 quadrados, conforme orienta metodologicamente o Conselho das Cidades. Vamos se necessário for,  
72 incluir como pauta da próxima reunião. Solicitam complemento da leitura técnica apresentada com o  
73 estudo de microclima urbano. Solicitam a leitura técnica com estudo do nível atual de poluentes da  
74 atmosférica, da atmosfera da área urbana consolidada da cidade. Leitura técnica apresentada com  
75 estudo atualizado da macrodrenagem urbana. Isso está em fase de conclusão, pela secretaria de  
76 gestão habitacional e obras e até novembro, dezembro esse estudo estará concluído. Solicitam o  
77 complemento da leitura técnica realizada com estudo atualizado da capacidade de suporte viário e  
78 infraestrutura, e, por fim, solicitam a complementação da leitura com mapeamento e descrição das  
79 obras e planos e caráter federal, estadual e metropolitano que estão previstos para incidir sobre o  
80 município. Nós vamos responder esses documentos ao Defendem São José e conforme for,  
81 incluiremos essas discussões para as próximas reuniões. A aprovação da ata na reunião do dia cinco  
82 de setembro de 2017. Foi feita a correção do nome do conselheiro do grupo Consciência Ecológica,  
83 Alguma observação com relação à ata? Os conselheiros aprovam a ata da reunião do dia cinco de  
84 setembro? A ata está aprovada! A proposta da criação de uma câmara técnica está em votação. Quem  
85 for favorável, por favor levante a mão. Quem discorda da criação da câmara técnica? Temos dois  
86 votos contrários à criação. A criação da Câmara Técnica está aprovada. **Arlindo Régis:** Arlindo  
87 Régis, representante titular do movimento Defendem São José. Primeiramente, com relação aos  
88 ofícios. O primeiro ofício eu não conheço o teor dele, não tenho nem como comentar, mas me



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

89 comprometo a verificar com a nossa presidente e com os demais conselheiros diretores do  
90 movimento e dar uma resposta na próxima reunião. Com relação ao segundo ofício, dos itens, já foi  
91 muito bem colocado pelo secretário, vai ser discutido mais tarde. Agora, com relação à criação da  
92 câmara técnica do banco de dados, a minha dúvida é a seguinte: O que se espera dessa Câmara?  
93 Queria que você explicasse melhor isso. No que nós podemos opinar? É o banco de dados daqueles  
94 indicadores que foram comentados aqui? Da questão do plano diretor ou é o banco de dados que já  
95 existe e que deram origem ao mapeamento? Essa é a minha dúvida que eu gostaria que fosse  
96 explicado. **Marcelo Manara:** Vou ler aqui Arlindo, qual é o inteiro teor da solicitação. O item a,  
97 reiterando a solicitação feita pelo representante do IMP, na última reunião do Conselho Gestor,  
98 solicitamos complementar a leitura técnica com a apresentação e disponibilização a todas entidades  
99 representadas no Conselho Gestor dos bancos de dados que deram origem ao mapeamento  
100 apresentado. Então a composição da câmara técnica é porque nós já tivemos outras solicitações, se  
101 não me engano foi inclusive a do próprio Miguel, em que solicita todo o acervo de informações que  
102 resultaram nos produtos já apresentados. O todo, ele é muito genérico, é muito amplo. Ele não tem  
103 um enfoque. Então há um risco, e para evitar desperdício de tempo e nós nunca atingirmos um grau  
104 de suficiência na expectativa desse pleito. Então, nada mais natural de que compormos,  
105 principalmente com esses atores conselheiros, a câmara técnica para avaliar todo acervo de banco de  
106 dados que atendam plenamente os anseios deste conselho. **Oswaldo Vieira:** Na verdade, todos os  
107 mapas que estão contidos no caderno de mapas temáticos, têm uma fonte de origem. E tem uma  
108 diversidade muito grande dessas fontes. Quando a gente fala de equipamentos urbanos ou  
109 comunitários, saúde, educação, lazer, social, cultura, na verdade, nós especializamos toda uma  
110 relação de equipamentos que hoje já estão disponíveis no site das diversas secretarias. O trabalho que  
111 nós fizemos aí, neste caso de equipamentos e infraestrutura foi espacializar o endereço. Então, um  
112 banco de dados relativo seria a relação de endereço. Agora nós temos outras situações, por exemplo,  
113 a questão de declividade. Nós trabalhamos com a carta do IGC e do próprio documento do IPLAN.  
114 Hidrografias nós trabalhamos com CESP, exemplo, no caso de remanescente florestal, inventário  
115 florestal do estado. Uma série de informações que vêm da Fundação Florestal. É um documento que  
116 tá disponível na internet, cuja a base foi uma pesquisa de origem e destino. Tem uma série de  
117 informações em que cada mapa tem uma fonte dizendo a origem dessas informações. Então  
118 gostaríamos de saber também que tipo de informação realmente é necessária para disponibilizar para  
119 os conselheiros para as devidas análises. Existem fontes que talvez tenham mais relevância que  
120 outras, ou informações mais relevantes que outras. Eu acredito que seja essa a motivação da Câmara  
121 técnica para sentarmos juntos e debruçarmos sobre isso. **Miguel:** Oswaldo, eu acho que resolve a  
122 questão, o problema, da câmara técnica só para acertar que tipo de dado vai ser disponibilizado. Quer  
123 dizer, não é uma lista de endereços. Tem que ser uma coisa processável. Então a gente vai lá e vai  
124 especificar. Eu quero, na verdade, o Marcelo sabe, o arquivo num certo formato. Um formato  
125 qualquer, mais padrão, um shapefile, que todo mundo consegue ler. Todo mundo que eu digo é o  
126 seguinte: Isso aqui não é para gente distribuir para população. É para quem pode, as instituições, os  
127 movimentos sociais, que tenham grupos que possam trabalhar com esse dado e gerar outras  
128 cartografias. Então o que a gente vai escolher são camadas de informação, a exemplo os  
129 equipamentos de saúde. Ele vai gerar lá um negócio chamado shapefile, vai está tudo lá, esses  
130 equipamentos e todas as instituições vão ter acesso a isso. Quem tem uma mínima condição de  
131 trabalhar com esse dado vai saber como pegar esse dado, colocar no sistema e trabalhar com ele. É  
132 isso, então não vai ter mais nada em papel. É toda informação digital mais básica possível, sobre a



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

133 qual a gente pode trabalhar. Então a câmara técnica, esse encontro resolve isso. **Marcelo Manara:**  
134 Isso, perfeito. É uma câmara técnica de tiro rápido. É justamente para colocar tudo numa orientação  
135 única. Porque senão vai se perder um tempo precioso que nós não temos. Mas como o próprio  
136 Miguel colocou, é importante que essa câmara técnica irá colaborar nesse processo, mas com esse  
137 olhar de especificidade, para quem possa realmente colaborar. Quem teria interesse em participar  
138 dessa câmara técnica? Roberto, Arlindo, Osvaldo, Maiara, Miguel, Paulo Romano, Adalberto,  
139 Marcelo, Andréia Daniel Mello. **Marcelo Manara:** Ok! No começo da semana já encaminha uma  
140 proposta de data para uma, para essa reunião. Vamos para o tema indicadores territoriais. **Orador F:**  
141 Quando encaminhar para marcar a reunião, você pode encaminhar a planilha que você já fez para  
142 todo mundo, para quem está na câmara técnica? **Luiggi:** Só complementando informes, o DRC, que  
143 é a relações comunitárias, visitou todos os padres, todas as paróquias de São José e distribuiu um  
144 DVD com aquele filme que está no site. Isso será projetado antes e depois de todas as missas  
145 convidando a população para as oficinas. **Marcelo Manara:** Muito bom Luigi. Obrigado. Bom, dos  
146 indicadores territoriais. Durante o levantamento de dados para a leitura técnica, surgiu a necessidade  
147 de sintetizar as diversas variáveis e componentes da constituição do território em sua dimensão  
148 física, infra estrutural e sócio demográfica do município. O Marcelo Reis vai apresentar alguns dados  
149 e depois a gente complementa com algumas informações. **Marcelo Reis:** Boa noite a todos, sou  
150 técnico da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Vou falar sobre os indicadores que surgiu a  
151 partir de uma provocação que o Osvaldo fez no começo do ano. Ele queria visualizar os dados  
152 territoriais do município, para entender o território em suas particularidades. Como colaborei com  
153 estudos junto a EMPLASA em 2015 com a constituição das unidades de desenvolvimento humano,  
154 que foi uma aplicação do IDH ao nível municipal e ao nível intramunicipal, a EMPLASA, junto com  
155 a Fundação João Pinheiro, o programa das Nações Unidas pro desenvolvimento e o IPEA,  
156 desenvolveu uma metodologia para aplicar esse indicador, o IDH ao nível municipal e à unidade  
157 dentro do município. Isso aconteceu em 2015. Com essa experiência, procurei qualificação em  
158 indicadores e análise espacial, Sugerir ao Osvaldo a questão dos indicadores. O que seriam  
159 indicadores, então? Seria uma medida, normalmente quantitativa, então mensuramos algum aspecto  
160 do território. O que a gente mensura? A gente operacionaliza ou modela um conceito abstrato. Então  
161 eu tenho um conceito como risco de escorregamento. Como que eu operacionalizo isso? Como eu  
162 chego a um valor, uma variável? Eu uso um indicador. Então essa definição de operacionalização do  
163 conceito abstrato eu tirei desse artigo do Paulo Januzzi, que é uma autoridade, tem outras referências  
164 dele a respeito de indicadores sociais. O quê que ele vai nos auxiliar? Vai auxiliar na formulação de  
165 políticas públicas e a gente pensar instrumentos no desenvolvimento territorial. Então esse seria o  
166 objetivo do indicador no Plano Diretor. Os indicadores, eles são construídos a partir de variáveis,  
167 seriam as mensurações diretas de fenômenos que acontecem no território. Então eu tenho variáveis  
168 dos mais diferentes tipos. Tem desde população até variáveis ambientais, quantidade de áreas de  
169 proteção, áreas sensíveis. E procuramos agrupar essas variáveis em três dimensões, então a gente tem  
170 a dimensão física, que seria mais relativo à paisagem natural mesmo, constituição do território sem  
171 intervenção humana. Temos como exemplo a declividade. Aqui a concha do banhado, aqui o vale do  
172 lava pés. Peguei um trecho de São José aqui nessa camada mais debaixo que seria parte dessa  
173 dimensão física. Temos uma segunda camada que já é a dimensão infra estrutural, que é o trabalho  
174 do homem, são os elementos construtivos da paisagem. E temos aqui, nesse caso é hierarquia viária.  
175 Já é uma intervenção humana na paisagem. E no terceiro nível seria a dimensão sócio demográfica,  
176 que seria o reflexo na população, o reflexo no homem desses dois condicionantes, dessas duas



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

177 dimensões, a física e a infra estrutural. Aqui no caso é um mapa de densidades, por setores  
178 socioeconômicos. Temos mais adensado aqui essa região da Vila Adyana. A gente chega ao IDH que  
179 significa a região, representa o que a região. O indicador, ele é sintético, ele responde uma série de  
180 questões de planejamento territorial e urbano. Uma questão importante aqui, que ele é um sistema  
181 aberto, isso a gente tá adquirindo não só um produto final. Essas duas questões técnicas são  
182 exemplos que a gente vai responder com indicadores específicos, vou ler algumas. Mas são só  
183 exemplos, onde é possível que a cidade seja adensada? Onde é necessário controlar o adensamento,  
184 de modo a não comprometer a qualidade de vida? Quais áreas ociosas tem potencial para atender a  
185 demanda habitacional do município? Quais áreas têm relevância como eixos metropolitanos? Tudo  
186 isso a gente vai pegando variáveis específicas, que a gente acha interessante e vai ponderando elas,  
187 ou seja, atribuindo pesos específicos a gente vai ter um indicador para responder cada uma dessas  
188 perguntas. Aqui também é uma questão técnica, que a gente usou, a gente optou por usar um suporte  
189 de grade na confecção dos indicadores, que é a, a gente divide. O território de São José tá mais ou  
190 menos, aqui é a Vila Industrial, aqui seria a variável densidade de população. Então nos conjuntos da  
191 Vila Industrial a gente tem uma densidade alta e a gente usa sempre esse quadradinho, a gente chama  
192 de célula de grade. Que a informação fica mais detalhada e ela fica padronizada também. A gente  
193 aproveitou as células de grade que o IBGE já usa. O IBGE divulgou há um ou dois anos atrás a  
194 população, o levantamento censitário, alguns dados em células de grade. A gente tá aproveitando e tá  
195 trazendo as variáveis que a gente tem do município para a grade estatística. Aqui a organização do  
196 banco de dados, teve todo um trabalho de atribuir números às variáveis, então a gente tem, a partir da  
197 dimensão que a gente considera o milhar, a gente tem grupos também. A gente tá dividindo as  
198 variáveis em atributos físicos. Por exemplo, na dimensão física. Tem três grupos, então atribuímos o  
199 valor do milhar à dimensão, o valor da centena ao grupo e a variável em si vai ser, por exemplo, a  
200 primeira variável vai ser 1101. Essa questão só de organização de banco de dados. Para ter a  
201 possibilidade de investigar essas variáveis. Aqui, como o sistema tá sendo estruturado ele é como se  
202 fosse uma planilha em que a gente pode indicar os pesos. A gente também trabalha indicando o peso  
203 na dimensão, o peso nos grupos e o peso nas variáveis. Então são três níveis, qual é o impacto no  
204 indicador. A gente pensa primeiro ela como variável, depois aquele grupo, qual é a importância  
205 daquele grupo para responder à pergunta. E depois pensa qual a importância da dimensão para  
206 responder essa pergunta. E aqui também, só comentar que a teoria da utilidade. Algumas variáveis a  
207 gente quer que elas não apareçam com um valor muito alto, a gente fala minimizar. Aqui na  
208 dimensão dois eu tenho só uma área vermelha que se destacou aqui. A maior parte do território tá  
209 uniforme porque provavelmente essa dimensão dois não tem um peso tão grande, então ela não teve  
210 um destaque. A dimensão três, eu coloquei o peso zero lá. Então eu anulei ela. Todo o território tem o  
211 valor zero. Mas na hora de ponderar, o que aconteceu? Eu tenho basicamente esse mapa aqui com  
212 acréscimo. Área lá do Freitas, no Buquirinha, aliás, ela aparece aqui. Ele não apareceu aqui porque  
213 somou os dois e gerou, a partir da ponderação de cada uma das variáveis, gerou esse mapa síntese  
214 que vai ser o indicador propriamente dito. Então acho que de uma maneira mais rápida, assim, seria  
215 isso. **Oswaldo:** Vai fazer agora 28 anos que eu trabalho na prefeitura. E a gente sempre teve muita  
216 dificuldade de criar alguns métodos mais científicos para tomar a decisão. E muitas vezes você vai  
217 na vivência do técnico, na experiência do técnico e acerta, mas erra também. E a gente tá querendo  
218 na verdade, com esse tipo de ferramenta, eu acho que dar um caráter mais tecnológico, uma decisão  
219 mais embasada. A UBS tá no limite, a creche atende, não atende, a escola, ela consegue, mas pessoas  
220 se deslocam muito para estudar, para trabalhar. Como é que tá cada setor da cidade. É um local que



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

221 carece sim de investimentos públicos que criem uma atratividade de mercado para que a própria  
222 sociedade, os empresários vão para aquela área porque é de interesse da prefeitura que vão porque  
223 aquela população precisa de serviços, precisa ser concentrada. E outros locais que já tem, a gente já  
224 tem uma infraestrutura deficitária, não é que ela é limite para que a cidade não aconteça, mas é,  
225 dentro do orçamento da prefeitura, a gente precisa saber o seguinte, que a curto, médio ou longo  
226 prazo a gente tem que investir. Investir em serviços porque a gente já tem gargalos na cidade. Você  
227 não vai remover a população. Mas eu também tenho que ter um cuidado em sinalizar que aquela  
228 população se concentre mais lá, curto prazo, sendo que eu só vou ter dinheiro a médio e longo prazo  
229 para sanar problemas já pré-existentes. Essa questão toda foi mais para dar um ferramental para  
230 gente dentro, junto da sociedade tomar decisões mais confiáveis. Do ponto de vista do técnico é uma  
231 ferramenta que nós ali entendemos que era necessária. **Marcelo Manara:** Vamos abrir então agora a  
232 fala aí para as manifestações do plenário. **Miguel:** A primeira coisa, é ótimo, excelente que uma  
233 Secretaria de Planejamento ou qualquer secretaria ter instrumentos que deem mais racionalidade às  
234 decisões que eles tomem. E possam apoiar seus técnicos, enfim a construir essa racionalidade interna  
235 ao órgão. É excelente que, pelo que entendi, na fala do Osvaldo, um pouco do que o Marcelo  
236 colocou. A secretaria contratou uma consultoria para se capacitar. É isso que eu entendo e tá  
237 capacitando o seu corpo técnico e capacitando a prefeitura com uma certa instrumentalização para  
238 começar a produzir indicadores de base territorial para o consumo interno. Então contratou alguém  
239 que é técnico. Não sei que consultoria foi essa. A questão da utilidade na verdade, né Marcelo. Não é  
240 uma teoria probabilística, não é uma teoria estatística ou probabilística. Ela na verdade vem da  
241 economia e a gente vai pensar em externalidades positivas, negativas, uma série de coisas. Mas tem  
242 umas questões técnicas ali que envolve menos estatística e mais algumas outras, alguns outros  
243 métodos de decisão. Quer dizer, quem é do ramo, do ponto de vista técnico sabe exatamente quê que  
244 é aquilo ali. Acho que a prefeitura, o Governo de Estado, o movimento social, se puder, todo mundo,  
245 tem que se instrumentalizar de alguma maneira para ter uma capacidade de apreensão do território  
246 que vive e convive de alguma maneira. Então essa é uma maneira que a secretaria entendeu e tá  
247 trabalhando. É isso que eu entendi. Segundo: Há uma distância imensa entre isso é um indicador. O  
248 indicador indica, para que serve a ação. Indicador serve para promover a possibilidade de ação e,  
249 portanto, ele de cara exige que ação eu quero tomar. O que eu quero ver e o que eu quero monitorar.  
250 Então quando eu falo em vulnerabilidade social, eu tenho que definir o quê que é isso. Porque tem  
251 várias formas de eu definir o que é isso. Do ponto de vista do técnico da prefeitura pode ser uma  
252 coisa, do ponto de vista do morador do bairro pode ser outra, do ponto de vista do morador do bairro  
253 vizinho, outra. Então o indicador, o IDH, vamos pegar só para pegar o que o Marcelo falou. O IDH,  
254 ele foi construído na escala global. Ele é uma proposta das Nações Unidas, que tinha um objetivo,  
255 qual objetivo? Estruturar uma ideia de um cara chamado Amartya Sen, que é um economista,  
256 ganhador do Nobel há algum tempo e que disse, desenvolvimento não é crescimento. Então vamos  
257 pensar em algumas coisas. O amigo dele, egípcio foi lá e desenvolveu o indicar com cinco itens,  
258 educação, longevidade, etc. Isso virou uma agenda global de cada país. Que disse o seguinte, em 20  
259 anos nós temos que melhorar a educação nos países, em 15, a saúde, em 30 a longevidade, em 30 a  
260 renda. Então os indicadores têm o objetivo. Eles têm um objetivo claro, eles completam o seu ciclo e  
261 eles terminam. E no nosso caso, do plano diretor, os indicadores, se existisse, eles devem existir  
262 discussão, eles têm que ser indicadores que têm proposta, que têm propósito e intenção nessa  
263 discussão. Então eu acho, fechando, senão podemos, enfim, porque eu não estou entendendo  
264 exatamente a relação entre os indicadores territoriais apontado pelo Marcelo, que eu acho que é uma



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

265 iniciativa ótima, interna e tal. E como é que isso vai acontecer em relação às discussões do Plano  
266 Diretor, que a gente tá tomando. Eu não consegui entender essa ligação porque para mim isso é uma  
267 ferramenta de diagnóstico interna de capacitação técnica dos técnicos da prefeitura e dos gestores,  
268 que eu acho fundamental, acho importante e acho que vocês devem evoluir nisso, tem várias  
269 questões, a gente podia discutir, melhorar. Mas já é bom que tenha começado. É uma iniciativa boa.  
270 Agora, eu quero entender qual é a relação disso com os indicadores que nós necessitamos do ponto  
271 de vista das discussões do Plano Diretor. Eu não consigo ver ligação. Aí é tecnicamente, infelizmente  
272 hoje nós estamos lançando um livro, são 30 anos de estudos com métricas territoriais. Vou doar um  
273 livro desse para o Conselho Gestor, que fique na prefeitura, amanhã ele já deve tá aqui. Mas eu não  
274 consigo entender a lógica dessa organização a não ser essa, uma consultoria interna. Uma consultoria  
275 que a prefeitura contratou, que está capacitando seu corpo técnico e tá tentando internamente  
276 melhorar a sua capacidade racional de pensar sobre os dados que ela tem. Maravilha. Agora, a  
277 ligação disso com as discussões do plano diretor, eu não consegui observar, não consigo ver. É  
278 impossível pensar nisso para quem conhece e trabalha com indicador. **Marcelo Manara:** Mais  
279 alguém vai querer falar? Vamos já responder essa do Miguel, que já é mais ampla. Aí depois a gente  
280 abre novamente, ok? Miguel, com relação a quem era a consultoria, acho que você fez essa  
281 indagação a princípio, eu já vou informar aqui, a execução foi pela faculdade de ciências aplicadas  
282 da Unicamp, pela área de prestação de serviços da aplicações em geotecnologias e impressões em  
283 grandes formatos, ligadas ao laboratório urbanização e mudança no uso e cobertura da terra, em  
284 colaboração com o centro de pesquisa operacional CPO. Os profissionais envolvidos foram Álvaro  
285 de Oliveira Dantona, depois tem o currículo aqui, a gente pode disponibilizar também para todos,  
286 Cristiano Torezan, Eduardo José Marandola Júnior e Leonardo Tomazeli Duarte. Com os resultados  
287 esperados disso, geração, base de dados agregados por bairros, além do que você mencionou, que  
288 você reafirmou, a importância disso enquanto, logicamente capacitação interna, oportunidade de  
289 alavancagem de outras. De metodologias, re oxigenação da equipe, que sempre é recomendável para  
290 amparar o caminhar na construção de um objetivo tão complexo. O relatório com metodologia e  
291 análise de resultados e o banco de dados geográfico e demais dados aberto e passível de reutilização  
292 posteriormente. Então esse, como resultados também dessa prestação de serviço consultivo. **Oswaldo**  
293 **Vieira:** O Marcelo é mais técnico que eu nessa área, mas vamos tentar entender. Conceitualmente  
294 por quê que nós optamos por isso? Na discussão do plano diretor nós, poder público temos que  
295 apresentar uma leitura técnica. Vamos junto com a sociedade colher uma leitura comunitária e a  
296 partir daí consubstanciar um diagnóstico. Esse diagnóstico vai nos permitir criar, estabelecer as metas  
297 e diretrizes futuras da cidade. E dentre as metas, nós temos, que construir o macrozoneamento dessa  
298 cidade. O Plano Diretor de 2016, ele tem o macrozoneamento urbano e rural e as APAs, mas a gente  
299 não tem ainda uma compartimentação da zona urbana em relação a sua capacidade de infra maior ou  
300 menor, que seja deficitária ou não em relação não só à infra de drenagem de água, de esgoto, a  
301 questão de vias ou de equipamentos de saúde, de educação, de sociais, para que a gente tomasse. E,  
302 com relação às questões físicas, para que a gente tomasse uma decisão mais com mais critérios,  
303 inclusive para lei de zoneamento, para 428, que tá aí vigiando e regulando a cidade. Então a intenção  
304 nossa era construir dentro da leitura, nós levantamos uma série de variáveis, mas agora a gente  
305 precisa na verdade entendê-las e cruzá-las para tomar uma decisão para saber com relação aos  
306 compartimentos urbanos que nós vamos criar, aqueles que a gente tem uma maior diversidade de,  
307 que a gente precisa de repente adensar, controlar, dentro das prerrogativas até de usar o estatuto da  
308 cidade, entender de fato o que é um vazío urbano, o que é uma área ociosa ou subutilizada perante



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

309 essa infra, para tomar decisões em relação ao coeficiente de aproveitamento, com relação a  
310 transferências de potencial construtivo. Aonde a prefeitura terá que investir, de repente criar atrativos  
311 para que a gente possa também ter as outorgas onerosas, quer dizer, toda uma discussão que vai além  
312 do Plano Diretor e que vai adentrar o zoneamento do ano que vem. Então a gente entende que  
313 precisava ter mais informações e melhorar, e burilar mais essas informações para que a tomada de  
314 decisão que a gente venha ter em relação, a gente vai discutir com a cidade, a cidade vai dar a  
315 contrapartida dela para conosco. Mas existem algumas leituras que nós técnicos temos que fazer para  
316 tomada de decisão porque a gente vai mandar um projeto de lei para câmara que a gente tem que ver  
317 até onde a gente vai com o Plano Diretor em relação aos instrumentos, o Estatuto da Cidade e como  
318 é que nós vamos trabalhar com eles depois na lei de zoneamento, com relação ao índices urbanísticos  
319 que nós vamos construir nessa revisão de zoneamento. Então a intenção desses indicadores não é que  
320 eles vão ser a decisão, mas que poderiam nos ajudar a nortear a tomada de decisão mais  
321 consubstanciada. É mais nesse sentido, para que a gente pudesse ter, eu digo assim, ter mais certeza  
322 em relação à capacidade de suporte mesmo da cidade, de infraestrutura, para questão do  
323 adensamento que se proponha ou um controle que se proponha, um coeficiente mais alto ou menor,  
324 ou uma política de outorga onerosa, de repente para que você possa criar investimentos naquela  
325 localidade, criar atrativos. Nós temos regiões na cidade com perda de população, nós temos regiões  
326 na cidade com ganho de população, nós temos aí deslocamentos dessas regiões de ganho de  
327 população para equipamentos da outra região. E aí tem todo um deslocamento que onera transporte  
328 coletivo, que onera o sistema viário. Então essa lógica da cidade que a gente pensou. Uma  
329 ferramenta que pudesse também nos auxiliar nessa tomada de decisão. A parte mais metodologia não  
330 é do meu domínio. O que, o sentimento que eu tive no começo desse ano foi que a gente precisava  
331 aprofundar, nós, urbanistas, a discussão da cidade interna com mais elementos técnicos até para  
332 poder propor à cidade soluções melhores para São José dos Campos. Foi simplesmente com esse  
333 sentimento. E como não temos essa expertise, nós buscamos esse ferramental de alguém que pudesse  
334 nos auxiliar a construir essa expertise na cidade. Como eu já falei, nós estamos com uma equipe  
335 jovem na secretaria de urbanismo, que é uma equipe com boa formação, mas jovem na vivência da  
336 cidade. Então era uma oportunidade inclusive de construir uma mentalidade que vai persistir na  
337 cidade a longo prazo. Nós temos profissionais que acabaram de entrar de concursos, que vão  
338 construir uma carreira de 30, 35 anos dentro da prefeitura e era a oportunidade de realmente dar para  
339 esse corpo técnico uma coisa que eu não tive lá atrás e que daqui a pouco eu estou saindo. Então era  
340 mais esse sentimento. **Paulo Romano:** A questão mais importante não é o meio técnico-científico-  
341 informacional que se vai utilizar para chegar em algum lugar. Mas como o Miguel disse, é para quê?  
342 E assim, é compreensível e necessário adotar algumas perspectivas de uma racionalidade, mas não só  
343 uma racionalidade de dados, sobre os quais você se apoia para entender algum tipo de fenômeno.  
344 Mas uma racionalidade que se estenda à totalidade da cidade inclusive na mentalidade dos agente  
345 que, invariavelmente, atendam contra essa racionalidade. Então assim, quando você estava dizendo,  
346 eu não estou dizendo que você tá falando isso, eu estou falando isso escutando. Eu acho que tem um  
347 horizonte que sempre se apresenta de uma maneira assim, como uma espécie de um gol, né?! Uma  
348 meta a chegar, que é o zoneamento. E eu acho que nós não vamos chegar a grandes coisas na cidade  
349 para promover uma coisa que o estatuto da cidade fala, que é justiça sócio territorial, direito à cidade,  
350 à terra e moradia. Então os indicadores a serem construídos, assim, sabe o quê que é básico, eu não  
351 preciso contratar consultoria para saber uma coisa que tá escrito aqui. Sabe o quê que é o  
352 planejamento? A maneira de distribuir no espaço as atividades humanas da maneira mais racional



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

353 possível, evitando a menor quantidade de afetação do meio ambiente. Aí falar uma coisa que eu  
354 acabei de ler aqui no Estatuto da Cidade. No Estatuto da Cidade deve-se pegar a instrumentos de  
355 gestão e de ordenamento. Os instrumentos de ordenamento são para evitar alguns problemas. Não é  
356 para dinamizar. Não é para crescer, não é para promover empreendimento e nem melhor saber pro  
357 empreendedor onde é o melhor lugar dele investir. Isso tá escrito na Lei Federal. Ordenamento  
358 territorial é para evitar a, b, c, d, e. Se esse indicador conseguir produzir elementos do que eu devo  
359 evitar e não orientar onde eu devo empreender. Porque aí, é isso que eu estou falando. Quando a  
360 gente começa a falar de indicador e, nós falamos em algum momento, eu ouvi na fala do Marcelo  
361 que há nesse diapasão momentos de decisão. O quê que eu começo a escolher? Para definir. Então  
362 assim, quando o Miguel diz aqui capacitar-se para entender-se internamente. Mas esse entender  
363 internamente achar que isso dá prerrogativa para tomar decisão de política, muda muito de figura.  
364 Então assim, eu acho bom ler a lei mãe. Porque também é absolutamente interessante pensar em  
365 indicadores, mas não esquecer de uma coisa que em última instância tem duas coisas diretas, fora a  
366 questão da sociedade. Que é o planejamento urbano é uma decisão que passa por orientação de  
367 economia política. Essa é a questão. E que nela está envolvido um orçamento cuja a decisão dos  
368 investimentos são uma discussão de economia política. E não matemática financeira. Volto a dizer  
369 aqui, muito importante constituir isso. A questão é a finalidade e os processos e procedimentos.  
370 Nunca esquecendo que se eu caminhar, não estou falando de coisa assim empírica no sentido de  
371 senso comum, erro e acerto. Se eu puder caminhar ou se eu passasse um drone por cima da cidade,  
372 tem algumas coisas que essa cidade, na sua materialidade já mostram, pelo menos uma coisa. O que  
373 não deve mais continuar sendo feito. Seria bom então que talvez a gente conseguisse produzir os  
374 indicadores assim, o que devemos evitar. Já seria uma coisa bem interessante. **Marcelo Manara:**  
375 Obrigado Paulo pelas considerações e reflexões. Antes de passar pro Arlindo, eu só queria registrar  
376 aqui que o Daniel Mello encaminhou por escrito a opção em participar das câmaras técnicas que  
377 foram discutidas aqui hoje. **Arlindo Régis:** Duas questões. Primeiro, eu gostaria de ressaltar esse  
378 acontecimento que nós estamos vivenciando. Nós tivemos recentemente oportunidade de conversar  
379 com o secretário de Jacareí, secretário de Caçapava. Eu mesmo conheço outros municípios onde a  
380 gente também atua a trabalho e o que nós estamos vivenciando em São José é algo assim, é muito,  
381 muito bacana em termos de discussão de urbanismo, discussão de planejamento urbano. Acho que  
382 nunca ouve, pelo menos o pouco conhecimento que eu tenho da região e vivendo aqui em São José,  
383 nunca houve uma experiência tão boa. Disso que nós estamos vivenciando aqui, do Conselho Gestor  
384 de ter várias entidades, cada um com seu ponto de vista, com a sua visão. E eu gostaria de ressaltar  
385 esse trabalho e que entendo tá sendo bem conduzido pela prefeitura, pelos seus técnicos, pela  
386 secretaria do planejamento, que tá fazendo um esforço, a gente percebe o esforço de vocês. E lógico,  
387 existem pontos que poderão ser melhorados. Mesmo porque a maioria das críticas que tão sendo  
388 colocadas aqui, nas reuniões anteriores e hoje também. A gente vê resultado da devolutiva de vocês  
389 no sentido de procurar atender. Então eu queria apenas ressaltar isso, que eu acho que é muito  
390 importante, que a gente não vê isso em outras cidades. Pelo menos aqui por perto. O segundo ponto,  
391 a minha preocupação, eu já havia declarado isso em manifestações anteriores, com o prazo para  
392 gente discutir realmente as propostas. Porque nós estamos com o cronograma apertado e a leitura  
393 técnica, a leitura comunitária, depois de passado pelas oficinas, que estão por vir, em outubro. Elas se  
394 fecham em novembro. E aí nós vamos ter um tempo muito pequeno para discutir o principal do  
395 Plano Diretor, que são as propostas. Para onde nós queremos ir e como nós achamos que devemos  
396 fazer isso. E nesse período, é importantíssimo um tipo de atividade, que é geração de cenários. Então



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

397 baseado nesse levantamento de dados todos, nós temos que criar no mínimo três cenários. E se nós  
398 fizermos assim, o quê que vai gerar daqui a 10 anos? Se fizermos uma ação, como é que vai  
399 acontecer? Então eu gostaria apenas deixar gravado essa minha preocupação na questão de geração  
400 de cenários futuros, que também é um exercício que tem que ser envolvido talvez com softwares  
401 próprios, enfim. Utilizando todo esse banco de dados, esses indicadores que vão ser gerados. E um  
402 outro estudo que eu acho importantíssimo, que não pode ser desprezado, é aquele estudo do  
403 professor Cândido Mota, que deve ser atualizado, do relacionamento da capacidade de suporte,  
404 transporte com o uso do solo. Acho que é um estudo também que deve ser considerado nessa questão  
405 das propostas. Essa são minhas considerações. **Marcelo Manara:** Obrigado Arlindo. Com relação a  
406 alguns pontos, eu quero destacar também que é um processo contínuo de aprendizado e melhoria  
407 contínua, que, como você disse, nós estamos num esforço hercúleo, porque o momento, de discussão  
408 disso, tem toda uma complexidade não só interna, da prefeitura, em razão do que o Osvaldo já  
409 apresentou, com relação a renovação da equipe técnica, a diminuição da equipe técnica por vários  
410 fatores, mas eu quero registrar esse esforço, em especial, da transparência. Que é uma busca que nós  
411 temos cotidianamente primeiro para respeitar a participação e o envolvimento independente de  
412 posicionamentos críticos, enfim. A crítica é sempre vista pelo lado da construção. São críticas  
413 construtivas, são apelos importantes, que eu entendo, que a própria existência do Conselho Gestor  
414 ela contribui e muito para superar, em parte, algumas dessas lacunas e deficiências. Nós não  
415 escondemos deficiências. Porque é, antes de mais nada, uma tentativa burra. Porque se nós temos  
416 aqui nesse colegiado uma expertise tamanha, esconder deficiência seria por demais burro e carente  
417 de uma estratégia positiva. Porque das 12 atribuições do Conselho Gestor, uma em especial a gente  
418 exercita aqui, a cada reunião, que é a número 11. Que é atribuição do Conselho Gestor apoiar e  
419 acompanhar os trabalhos inerente aos estudos, coleta de dados, produção de conhecimento,  
420 formulação de planos de trabalho, elaboração. Então nós demandamos isso em parceria com o  
421 Conselho Gestor e procuramos fazer isso com transparência, respeito e atenção a todas essas  
422 contribuições. Prazos nos preocupam também. Prazos para que a gente possa efetivamente, através  
423 de estratégias que nós pactuamos aqui, de busca e coleta de informações imprescindíveis para  
424 construção do Plano Diretor. Nós não estamos preocupados, embora tenhamos iniciado um processo  
425 tardiamente, porque o Plano Diretor já era para tá concluído em 2016. Isso e desde a primeira  
426 reunião, nós não colocamos em momento algum como um reflexo de pressa para se fazer o Plano  
427 Diretor. Não é. Não é pressa. Mas nós temos que ter um caminhar constante. Porque a cidade não  
428 pode esperar. O momento de inserção da importância de São José dos Campos na região  
429 metropolitana não pode esperar. São José dos Campos, devido a sua importância e posicionamento  
430 no estado de São Paulo não pode esperar. Tudo isso com reflexos imediatos que todos os segmentos  
431 e uma boa parte deles aqui representados, têm essa expectativa, justamente para que nós possamos  
432 construir um bom Plano Diretor, um excelente Plano Diretor, depois entrarmos nessa discussão do  
433 zoneamento, que também é imprescindível. Mas essa relação, eu assim, toda equipe, a gente entende  
434 como uma relação muito sadia. Da construção do Plano Diretor e atribuindo ao Conselho Gestor  
435 aquele espaço e aquela oportunidade de participação imprescindível. **Miguel:** Eu queria só fazer uma  
436 recomendação. Estou entendendo que foi, uma tentativa de capacitação interna, enfim, uma leitura  
437 técnica que a prefeitura pode fazer e como um ator nesse processo, pode levar essa leitura. Mas é um  
438 processo positivo nesse sentido, acho fundamental. Álvaro e Eduardo são demógrafos, um é  
439 geógrafo, outro é um cientista social, são da Unicamp, trabalharam no núcleo de estudos da  
440 população, que fez um trabalho aqui muito bom no passado, que deveria ser recuperado, que deu



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

441 origem à primeira matriz de origem e destino, onde a gente podia estudar uma série de  
442 movimentações interessante. Existe hoje a pesquisa de fluxo feita pelo IPLAN, que apesar de  
443 amostral também é possível gerar uma matriz de origem e destino, que também vai dar boas  
444 informações e completar isso. E o estabelecimento que eu entendo que eles fizeram é de uma  
445 metodologia, e como o Marcelo disse, a metodologia é aberta. A metodologia, ela é importante, mas  
446 ela não é essencial. Ela é legal, porque ela dá um rumo, eu sei como fazer, mas não é número. Nem  
447 tudo são números e a gente usa esses indicadores para responder questões ou para promover uma  
448 agenda. É o que eu expliquei do IDH. O IDH, ele se transforma em números, mas para promover  
449 uma agenda, uma agenda de desenvolvimento social no mundo. Então, aqui também, o que eu  
450 recomendaria Osvaldo, Marcelo, Maiara, na prefeitura, é, se vocês estão nessa perspectiva de  
451 começar a ter leitura territoriais e usar tecnologias para isso, produzir informação territorial de base  
452 quantitativa com base nesses indicadores, comecem também a fazer outra parte, que é o urbanismo  
453 mesmo. É a pergunta primeira e anterior a todas elas. Que cidade eu, como poder público, que sou  
454 um mediador de conflitos de interesse, vou promover com esse meu conhecimento, com a minha  
455 forma de trabalhar a cidade. As dimensões que estão colocadas ali não respondem a todas essas  
456 perguntas. Não respondem, por exemplo, a uma pergunta essencial na discussão do direito à cidade,  
457 do novo Plano Diretor e da busca de uma cidade que seja menos desigual. Que seja mais equilibrada,  
458 precisa de ter novos componentes dentro dela, para gente observar, por exemplo, a estratificação  
459 social urbana em São José a partir da desigualdade de acesso. E nenhuma dessas perguntas vocês  
460 responderam, isso vai um pouco da linha do que o Paulo falou, não é só o que a gente tem que evitar,  
461 mas qual o desejo que a gente tem? Queremos diminuir a estratificação social-urbana em São José?  
462 Queremos uma cidade que tenha mais oportunidades, ou oportunidades mais bem distribuídas para  
463 todo mundo, para todos os seus cidadãos? A primeira coisa que a gente precisa entender é que esses  
464 indicadores territoriais e vocês têm base agora metodológica, então com essa linha, é entender isso,  
465 começar a entender quais são, qual é o status, qual o estado da desigualdade em São José hoje.  
466 Nenhuma dessas perguntas que vocês formularam aí respondem a isso. Elas respondem uma série de  
467 questões importantes, interessantes e fundamentais, tem que ser respondidas. Dão subsídio técnico  
468 para algumas coisas que a gente precisa organizar e responder. Mas para as questões do  
469 planejamento territorial, para a questão dos instrumentos principalmente, Osvaldo. Se eu vou ter  
470 outorga onerosa, se eu vou ter uma determinação de uma zona especial de interesse social, não é a  
471 metodologia. Mas não são essas perguntas que eu preciso responder. Eu posso usar a mesma  
472 metodologia para responder outras perguntas. As perguntas que vão me ajudar a esclarecer esse  
473 ponto. É, realmente eu preciso fazer outorga onerosa aqui, realmente eu preciso ter uma zona  
474 especial de interesse social aqui, realmente, é. Porque a base de qualquer estudo indicador territorial  
475 para que a gente alcance o direito à cidade, é o estudo da desigualdade de acesso, que é dado pelas  
476 localizações na cidade. Então vocês têm condição de fazer isso. E não é a metodologia que via  
477 impedir, o que tá impedindo é não pensar no urbanismo. Então falta uma parte, vocês já contrataram  
478 a questão da metodologia e da tecnologia, tá bom. Agora, tem que estudar esta questão da relação  
479 entre o que o setor público, o gestor municipal, não é esse governo. Quê que o gestor municipal  
480 desse período pretende construir e deixar para o futuro. Em relação à mediação que ele vai fazer dos  
481 conflitos que vão existir. E o plano diretor é uma, o zoneamento vai ser, mas o Plano Diretor já é uma  
482 expressão desses conflitos que estão territorializados. E para mediar isso, o que a prefeitura pode  
483 fazer é expor. Não tornar invisível esses conflitos, mas tornar visível esses conflitos para que a  
484 sociedade debata. E aí vocês têm metodologia, mas não tão respondendo às perguntas que vão ajudar



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

485 no Plano Diretor e no zoneamento. Mas podem, se quiserem. Falta dado aí para responder a isso,  
486 mas tem os dados, os dados de fluxo são importantes. Não pode pensar só na grade estatística. A  
487 grade estatística do IBGE tem problemas. Não pode deixar de pensar no território, no dado concreto,  
488 no dado primário. Vez por outra a prefeitura tem que tá lá e ela tem acesso a isso, ela pode estar lá  
489 presente. Pode refinar as análises técnicas que estão sendo feitas no escritório. O que a gente faz aqui  
490 não é a realidade, é um modelo da cidade. A gente pode melhorar isso. E eu acho que é isso que  
491 vocês estão buscando. Primeiro vamos modelar aqui em casa, depois a gente vai melhorar com a  
492 interface com a cidade. Mas mesmo nisso, eu acho que vocês podem já melhorar a partir do  
493 momento que a prefeitura, a secretaria incorpore essa questão de que ela é a mediadora dos atores  
494 sociais que estão necessariamente em conflito. A palavra é essa. Não tem que, a gente não tem que  
495 tirar. São conflitos. Isso não quer dizer que o conflito vai ser resolvido na força. Mas são conflitos, de  
496 interesse na cidade. Que tem que ser equilibrados. Então eu, a única coisa que eu diria é essa, tá bom,  
497 ótimo, tem a metodologia, mas vamos procurar explorar também nela a resposta às perguntas que  
498 diminuem a desigualdade estrutural que a gente tem nessa cidade. **Marcelo Manara:** Obrigado  
499 Miguel pela riqueza aí das contribuições. Dos alertas, porque é disso mesmo que nós precisamos,  
500 precisamos do posicionamento e dos caminhos. Contamos com essa expertise e atenção para que a  
501 gente possa dar sempre o passo acima, o passo além. **Paulo Romano:** Bastante oportuna a fala do  
502 Miguel para eu fazer algo que foi feito a este Conselho por e-mail. Mas aqui como se grava as atas,  
503 então eu quero aproveitar para dizer que muitas dessas questões que o Miguel colocou aqui, elas  
504 serão debatidas, de uma certa maneira, num evento, não é? Que a universidade, na verdade o IMP,  
505 junto com a Univap, por meio do programa Espaço, Sociedade e Planejamento Urbano, vão  
506 promover no dia 10 de outubro, terça-feira às 14:30 no auditório do CEPLAS da Univap, chamado  
507 para repensar as cidades no Brasil. Uma conversa à ação com a professora doutora Hermínia  
508 Maricato. Que essa sim eu posso dizer uma das maiores autoridades no pensamento sobre a questão  
509 urbana no Brasil, inclusive consultora internacional. E então isso já foi feito, esse convite já foi feito  
510 por e-mail para o Conselho Gestor, para o CMDU, para SEURBS e para outros lugares. E que o  
511 formato do nosso evento obviamente não é uma palestra única e exclusivamente, mas uma fala  
512 seguida da possibilidade de diálogo. E dá oportunidade de envolver inclusive o que eu chamaria de  
513 fato à sociedade civil. E, então tá aqui feito o convite a todos e a todas e até eu quero aproveitar caso  
514 este plenário neste momento concorde com isso, porque é uma proposta, pura e simplesmente, não é.  
515 E não quer dizer que isso, mesmo que se aprovado for, que isso se realize assim, eu acho que é  
516 apenas uma proposta, que este conselho convide a Defensoria Pública para acompanhar o processo  
517 das oficinas e os processos participativos daqui por diante. É só esta proposta que eu faço a este  
518 Conselho hoje, para que a Defensoria seja convidada. Mas tá proposta para votação, digamos assim,  
519 essa proposta que envolva a Defensoria no acompanhamento desse processo todo. **Gabriel:** Boa  
520 noite a todas e a todos, Gabriel, do Núcleo Regional do Plano Diretor Participativo. Queria só  
521 reforçar essa questão da Defensoria, quando a gente fez a discussão de instalação tanto na  
522 Conferência Municipal da Cidade, como também na instalação do Conselho Gestor, no processo de  
523 instalação, a gente fez a discussão sobre a necessidade de, como em outros colegiados, Conselho de  
524 Direitos Humanos, de convidar como representando o Poder Público, o Ministério Público e a  
525 Defensoria. O Ministério Público, ele ficou até acompanhando à distância a Defensoria até a  
526 instalação. E a Defensoria declinou de estar atuando como membro do poder público no Conselho  
527 Gestor. Mas se tinha se colocado à disposição quando convidada pelo Conselho, que ela pudesse  
528 estar presente em todas as atividades. Muito que bem. Eu acredito que a Defensoria tenha um papel



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

529 Importante aí nas relações institucionais então reforçando a proposta do Paulo, é que em todas que  
530 fosse tomada pelo direção do Conselho Gestor, ao convocar as atividades, que seja convocado  
531 formalmente a, convidado formalmente a Defensoria Pública, estendendo também ao Ministério  
532 Público, se caso eles quiserem participar ou não, deixando facultado a eles a participação. Mas a  
533 Defensoria a gente gostaria que fosse retomado isso. Com relação à discussão dos indicadores, eu  
534 acho que a gente precisar tomar um pouco o que o Miguel e o Paulo colocaram. E uma coisa que eu  
535 tenho insistido bastante é nós precisamos fazer uma leitura da cidade. Que cidade que nós temos.  
536 Nós fizemos isso quando foi editado o Plano Diretor de 95, lembrando que o Plano Diretor de 2006,  
537 como obrigatoriedade do Estatuto da Cidade, que o de 95 não era obrigatório. E o de 2006 veio, ele  
538 também veio com tempo de atraso. Ele só aconteceu em 2006 por conta de uma exigência legal à  
539 época. E também o processo não foi esse processo que já era orientado pelo Conselho Nacional de  
540 Cidades, que já era orientado pelas resoluções, pelo próprio Estatuto da Cidade e outras instruções  
541 normativas. Muito bem. Esse processo, ele evoluiu e agora nós estamos num processo de instalação  
542 do Conselho Gestor, estamos buscando uma prática de uma inclusão de debates nos princípios da  
543 democracia participativa. E para isso, nós precisamos ter essa leitura da cidade. Por exemplo, quando  
544 a gente vai fazer, permitir, estimular um adensamento. Num local onde já tem uma infraestrutura, eu  
545 pegaria por exemplo a rua Laurete Martins, que é um debate ali do Jardim Esplanada, se verticaliza,  
546 se torna as ruas comerciais. Por exemplo, a Laurete Martins era uma via local. A espessura do  
547 pavimento para via local, circulação de veículos leves, espessura mais fina. Seis centímetros ou sete,  
548 no máximo. Diferente de uma avenida que varia de 12, 10, 12, 15, 20 centímetros de espessura.  
549 Então essa capacidade de suporte de infraestrutura, o município não tem. Não existe um cadastro  
550 técnico multifinalitário. Inclusive, Manara, para orientar na tributação, na discussão da planta  
551 genérica, que ela não corresponde essa própria realidade do município, não é? Fica mais nesse  
552 recorte de interesse como foi colocado. Então acho que primeiro a gente precisa entrar no grau de  
553 detalhamento, ter um inventário ambiental, delimitar as áreas de preservação permanente. Nós  
554 estamos vendo aí o serrado. Subtraído, tem um plantio aí indiscriminado de eucalipto e nós não  
555 dominamos essas variáveis. Quanto custa levar um equipamento para uma área em expansão urbana,  
556 uma zona da periferia. Como que nós vamos estipular? Então nós não temos, a própria questão  
557 geomorfológica de topografia das regiões. Os cenários com a alteração do perfil socioeconômico do  
558 município, com as plantas industriais aí sendo fechadas. Com a suposta possibilidade da GM fechar.  
559 Como que nós vamos posicionar nessas questões? Por outro lado nós temos aqui um potencial  
560 logístico. Intermodal que a gente não explora. Nós estamos aí a 130 quilômetros do porto, maior  
561 calado do Atlântico Sul. Nós estamos aqui com a ferrovia subutilizada, duas rodovias, aeroporto. E  
562 nós não fazemos essa integração, nós não pensamos nessa lógica. Então deixando as paixões  
563 ideológicas, eu acho que nós precisamos ter uma leitura de São José com um grau de detalhamento,  
564 Que a gente possa definir essas variáveis, ter esses indicadores para que realmente, o poder público  
565 possa propor um pacto, que esse é o papel do Plano Diretor. É um pacto. Nessa colcha de conflitos  
566 que apareça. Então eu acho que nós não temos isso, nós precisamos aproveitar os avanços  
567 tecnológicos, usar as ferramentas, aumentar o grau de detalhamento. E ter os nossos instrumentos  
568 para poder fazer. Isso pode demorar um pouco mais. Mas eu acho que vai ser uma cidade, vai chegar  
569 próximo que a gente possa estabelecer cenários futuros com maior precisão nas probabilidades,  
570 Então é essa a minha discussão, que eu gostaria que fosse reiterado mais vezes. **Marcelo Manara:**  
571 Grato Gabriel. Bom, algumas considerações aí. Eu acho que o convite à Defensoria Pública  
572 desnecessário até colocar para votação do plenário. Podemos decidir isso como um consenso geral,



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

573 pode ser? E aí eu já faço um encaminhamento. Importante até, aproveitando isso, que foi colocado  
574 pelo Paulo Romano e reforçado pelo Gabriel, que eu tenho tido oportunidade de conversar, a cada  
575 duas semanas, eu tenho posicionado o Ministério Público, tanto Dr. Gustavo Médici, Dr. Larissa do  
576 GAEMA. A cada 15 dias do andamento existe um procedimento instaurado pelo Dr Gustavo Médici,  
577 na 11ª promotoria, de acompanhamento do Plano Diretor. Eu conheço o Ministério Público, o  
578 Ministério Público não, por questões institucionais, não atende a esse tipo de convite de participação  
579 direta. Mas farei isso com o Dr Jairo da Defensoria Pública, de encaminhar todo o calendário, né?!  
580 Não só das oficinas, o próprio calendário aqui aprovado no Conselho Gestor para que ele possa  
581 também participar e contribuir com certeza com a excelência, o conhecimento e força institucional  
582 da Defensoria Pública. Quero reforçar aqui e parabenizar à Univap e o IMP, em razão do evento do  
583 dia 10 de outubro. Extremamente importante e oportuno para essas discussões. A equipe toda do  
584 Conselho Gestor vai participar do evento. De algumas coisas que o Gabriel colocou, o cadastro  
585 multifinalitário nós estamos fazendo a especificação para atualização, realmente cria aí uma  
586 defasagem, acho que é de 2009. E nunca foi atualizado desde então. Temos que atualizar para  
587 entendimento da cidade. E aí temos esse esforço já em andamento. E depois eu posso, ao longo do  
588 tempo, ir posicionando a todos sobre a concretização disso daí. Um inventário ambiental é, eu  
589 discordo, Gabriel. São José dos Campos é uma das cidades que mais dispõe de mapeamentos com  
590 relação a entendimento do seu território com relação a atributos ambientais. E temos definições aí  
591 que são definições até de vanguarda em relação a outros municípios desse cenário. Hoje, nessa  
592 discussão que tivemos aí com os secretários de Jacareí e Caçapava, podemos observar a questão da  
593 visão metropolitana com relação a atributos ambientais, que nos são caros enquanto atributos que  
594 extrapolam o perímetro da cidade de São José dos Campos. São atributos vale paraibanos. E nós  
595 temos condição sim, até isso colocado pelos colegas secretários de Jacareí e Caçapava, São José dos  
596 Campos sempre dispôs desse mapeamento mais rico e disponível, são peças públicas. Então nós  
597 temos esse inventário ambiental. Com relação especificamente ao serrado, nós temos realizado esse  
598 esforço, primeiro de reconhecimento territorial. E dentro do programa e das metas dentro do que vai  
599 ser a própria composição de metas da SEURBS dentro do plano de trabalho dessa gestão, aí falando  
600 como governo, o serrado tem sim uma atenção especial para reconhecimento territorial e criação de  
601 uma unidade de conservação. Que já vem, essa negociação já vem de alguns anos e está em nossas  
602 mãos a grata missão, não é fácil, de fazer isso cristalizar. Além disso nós estamos empenhados, eu  
603 estou colocando tudo isso porque são fundamentos sim, como o Gabriel coloca, são fundamentos  
604 importantes para reconhecimento E utilização na discussão do plano diretor. Nós estamos  
605 contratando o Plano Municipal da Mata Atlântica, que é uma obrigação legal, da lei da Mata  
606 Atlântica 2006. Nós estamos além, estamos contratando, para o nosso plano de São José dos  
607 Campos, o Plano Municipal da Mata Atlântica e Serrado. A SIDE, que é Secretaria de Inovação e  
608 Desenvolvimento Econômico assim posicionou, exatamente como você falou, o potencial para a  
609 questão logística, tudo mais. E isso consta na contribuição que a SIDE ofereceu para o diagnóstico e  
610 tá disponível aí para todos, É, não sei se o Osvaldo quer complementar alguma coisa? Mais alguém  
611 quer fazer alguma consideração, para encaminhar para o encerramento da reunião. Alguém quer  
612 colocar mais alguma coisa? Obrigado a todos, a reunião foi bastante rica, agradeço aos  
613 pesquisadores, professores aí que compartilharam do seu conhecimento para enriquecer a todos com  
614 relação a esses nossos caminhos futuros. Vou deixar como última chamada, é lógico que nos  
615 veremos em outubro, quase que diariamente. Sei que todos não vão poder participar de todas as  
616 oficinas, mas esperamos nos encontrar na maioria das 19 oficinas. O mês de outubro vai ser, em

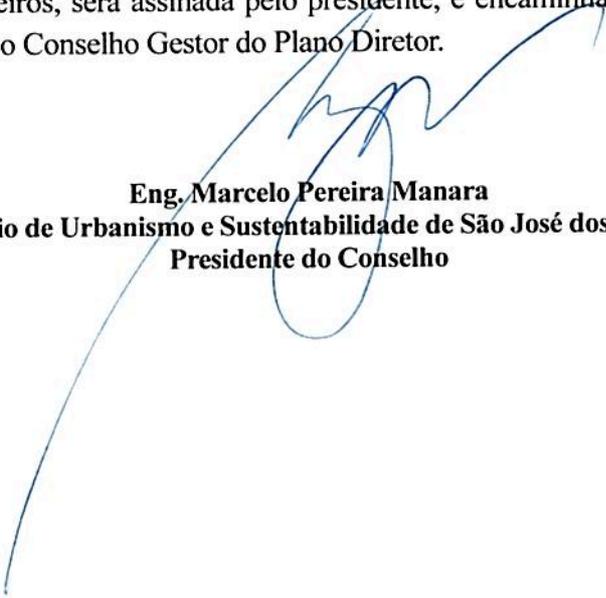


PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

617 razão disso, um mês muito intenso e que carregam também o nome do Conselho Gestor eu quero  
618 que são atividade que cada um dos conselheiros tem que tá lá ajudando a esse exercício e essa  
619 riqueza de participação cidadã, porque ele transcende a questão de ser servidor público, de ser  
620 pesquisador, de ser profissional, de representante de um segmento, mas é um exercício de cidadania  
621 fabuloso, um aprendizado humano, em razão disso uma oportunidade que eu tenho certeza que todos  
622 vão gostar muito e enriquecer enquanto pessoa através dessas oficinais que nós vamos durante o mês  
623 de outubro estarmos trabalhando também o Conselho Gestor, obrigado a todos e boa noite, e nada  
624 mais havendo a ser tratado, a presente ata foi redigida por mim Ricardo Simões\_\_\_, e depois de lida  
625 e aprovada pelos conselheiros, será assinada pelo presidente, e encaminhada por e-mail a todos os  
626 participantes e membros do Conselho Gestor do Plano Diretor.

  
**Eng. Marcelo Pereira Manara**  
**Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos.**  
**Presidente do Conselho**